

A missão especial fez ontem a primeira reunião no Estado. Participaram representantes da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal, Alfândega do Porto de Vitória e da Agência Brasileira de Inteligência. Foram traçadas missões específicas para cada órgão.

Dois conselheiros da OAB são perseguidos



Como ocorreram as ameaças

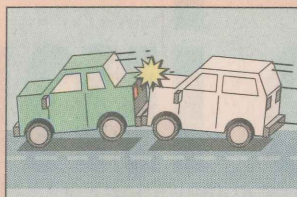
Dois conselheiros da OAB capixaba - os nomes estão sendo mantidos em sigilo - foram perseguidos na última sexta-feira



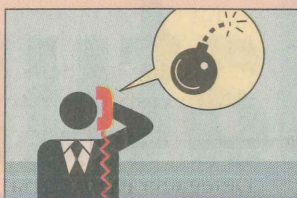
- Um deles foi perseguido duas vezes:
- pela manhã e à tarde por uma moto preta.
- O piloto usava capacete e não pôde ser identificado



- O conselheiro ameaçado estacionou o carro em um supermercado para despistar o motoqueiro



- O outro conselheiro da OAB foi perseguido na noite de sexta-feira, quando estava a caminho de casa.
- Uma Parati branca chegou a bater na traseira do carro que ele dirigia, mas o conselheiro conseguiu escapar



- As ameaças de morte por telefone também continuam sendo feitas.
- A mais recente dizia que os conselheiros teriam "uma surpresa" nesta semana e que uma bomba seria colocada na sede da OAB

Autores de ameaças, que agiam por telefone, agora demonstram mais ousadia

ANDRÉIA LOPES E
LUCIANA LIMA

Além das ameaças de morte por telefone, os conselheiros da seção capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) passaram a sofrer também intimidações e abordagens nas ruas. Dois dirigentes da entidade - cujos nomes estão sendo mantidos em sigilo por medida de segurança - foram perseguidos de carro na última sexta-feira. Em um dos casos de perseguição, um carro suspeito bateu na traseira do veículo do conselheiro, que conseguiu escapar.

As informações foram repassadas ontem para a GAZETA por membros da OAB capixaba, que preferiram não se identificar. Os representantes do conselho foram até a sede da Polícia Federal (PF) e denunciaram os ataques. Desde a última quinta-feira o prédio da OAB, no Centro de Vitória, e os conselheiros estão sob escolta da PF.

apreensão entre os conselheiros. Segundo informações obtidas junto à entidade, dois conselheiros sofreram abordagens na rua, todas elas na última sexta-feira.

Um único conselheiro chegou a ser perseguido por duas vezes, de dia, por um motoqueiro, mas conseguiu despistá-lo no trânsito.

O outro conselheiro foi perseguido à noite. "O carro dele foi perseguido. Encostaram na traseira do veículo e bateram. O conselheiro entrou repentinamente numa rua e conseguiu escapar", informou um conselheiro que preferiu não ser identificado.

As ameaças de morte por telefone também continuaram. A novidade é que, desta vez, disseram no telefonema que os conselheiros teriam "uma surpresa". "Disseram até que colocariam uma bomba na OAB", relatou um conselheiro.

A OAB é autora do pedido de intervenção federal no Espírito santo, que acabou sendo arquivado. Um dos argumentos da ordem era de que há no Estado a "violação dos direitos humanos". Na documentação, há relatos de ameaças de morte feitas ao presidente da entidade, Agassandro da Costa Pereira, que está sob proteção da PF.



• Por conta das ameaças, os conselheiros e a sede da OAB estão sob proteção da Polícia Federal desde o último dia 11



• As denúncias das ameaças de morte foram feitas pessoalmente pelos conselheiros ao superintendente da Polícia Federal, delegado Tito Corrêa. A sede da OAB está sendo vistoriada e os telefones estão sendo rastreados

A Gazeta Ed. de Arte



Gildo Loyola

Confirmação

O presidente da OAB nacional, Rubens Approbato, confirmou as perseguições

Juízes também são ameaçados de morte

Os conselheiros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não são os únicos que continuam sob ameaça. Segundo informações obtidas junto ao Poder Judiciário, juízes da Vara de Execuções Penais também voltaram a receber telefonemas anônimos, nesta semana, com ameaças de morte.

Os magistrados Alexandre Martins de Castro Filho, Rubens José da Cruz e Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, que atuam na Vara de Execuções Penais de Vitória, são o alvo das ameaças. Ontem, eles evitaram falar com a imprensa.

O nome deles integra a lista dos ameaçados de morte elaborada pela Organização Não-Governamental (ONG) Justiça Global. Ao todo, segundo a ONG, o Espírito Santo tem hoje 55 pessoas que vivem sob ameaça. A relação dos ameaçados

foi enviada, nesta semana, ao Ministério da Justiça.

Telefonemas

As ameaças aos juízes da Vara de Execuções Penais têm sido feitas há vários dias através de telefonemas anônimos. Do outro lado da linha, uma pessoa diz que eles serão assassinados.

Na semana passada, chamaram a atenção dos magistrados a riqueza de detalhes e a forma como os crimes seriam executados. A pessoa que ligou relatou o horário, o local, o nome do mandante e, inclusive, o valor da execução. Essas informações estão sendo mantidas em sigilo pela Polícia Federal.

Para cada juiz que fosse morto, o assassino receberia R\$ 50 mil, de acordo com as informações que foram passadas nas ligações. Os três magistrados estão sob escolta policial.

As perseguições de carro foram confirmadas pelo presidente do Conselho Federal da OAB, Rubens Approbato. Em entrevista para a Rádio CBN, ele confirmou que “um dirigente da OAB capixaba foi perseguido por um carro que começou a bater na traseira do seu veículo”. “Se parasse, talvez sofresse uma violência. Isso aconteceu ontem ou anteontem, não sei ao certo”, disse na entrevista.

Intimidação

A OAB capixaba decidiu não repercutir a afirmação de Approbato. A presidente em exercício, Gladys Bitran, preferiu não falar no assunto. A assessoria da entidade, por sua vez, disse apenas que “as ameaças de morte continuam e as ações intimidatórias também, mas que não têm sido divulgadas”. “Temos nos reportado ao Conselho Federal e à Polícia Federal”, disse a assessoria.

Enquanto o sigilo oficial foi mantido, o clima era de

OAB se reúne para discutir a questão

Diretores e conselheiros da Ordem dos Advogados do Brasil nacional e do Espírito Santo estarão reunidos hoje, a partir das 10 horas, na sede do Conselho Nacional da OAB em Brasília, para discutirem a situação das pessoas que estão sofrendo ameaças no Estado, depois que o pedido de intervenção federal no Espírito Santo foi engavetado pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

Participarão também da reunião o ministro da Justiça Paulo de Tarso Ribeiro; o secretário nacional dos Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro; o presidente do Instituto de Advogados do Brasil, Ivan Alckimin; o representante da Associação Brasileira de Imprensa, Carlos Chagas; o presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Federal, deputado federal Orlando Fantasini (PT), além de 40 entidades

Basílio escapou de perseguição

O juiz Marco Antônio de Souza Basílio é mais uma autoridade que tem recebido ameaças de morte. Em depoimento ao Ministério Público Federal – e que foi publicado pela Revista IstoÉ desta semana – ele disse que “passou a ser perseguido por várias viaturas da Polícia Militar”. Disse ainda que foi vítima de uma tentativa de seqüestro e que conseguiu escapar. No depoimento, o juiz dá, inclusive, o número das viaturas que o estariam perseguindo. Há informações de que esse magistrado e seus familiares estão sob proteção da Polícia Federal. As ameaças, segundo Basílio, teriam relação com uma ação que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) e “que pode derrubar o Tribunal de Justiça do Espírito Santo”.

da sociedade civil organizada.

Além de discutir a questão das ameaças, a OAB e demais entidades também querem detalhes sobre como funcionará a missão especial de combate ao crime organizado no Espírito Santo e quais serão os limites dessa missão.

Na reunião, também será agendada a visita do diretor do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Hugo Vello, ao Espírito Santo. Ele adiantou ontem que já existe uma lei que permite a atuação da Polícia Federal na apuração de crimes que são da competência do Estado. “A Lei 10.446, editada em maio deste ano, já permite essa atuação e acredito que ela deva ser empregada no Espírito Santo devido às suspeitas de infiltração do crime organizado nos poderes constituídos no Estado”, declarou